

Perfil dos imigrantes em Portugal: por países de origem e regiões de destino

Conceição Rego
mcpr@uevora.pt
Departamento de
Economia & CEFAGE
U. Évora

Maria Filomena Mendes
mmendes@uevora.pt
Departamento de
Sociologia & CIDEHUS
U.Évora

José Rebelo
jrebelo@esce.ips.pt
Escola Superior de
Ciências
Empresariais
Instituto Politécnico
de Setúbal

Graça Magalhães

U. Évora
(doutoranda)

Versão: Abril 2010

Resumo

Portugal, tradicionalmente país de emigração, conheceu, nas últimas décadas, uma nova realidade de fluxos regulares e relativamente intensos de imigrantes. Estes indivíduos provenientes do Brasil, da Europa Central e do Leste, e de África, possuem características diferenciadas e deslocam-se para Portugal também com motivações diversificadas. Com este estudo propomo-nos identificar as características – o perfil, em termos de sexo, idade e país de origem - dos indivíduos que se deslocaram para o nosso País integrados num processo migratório, em função das diferentes regiões de destino em Portugal.

Palavras-chave: Características dos imigrantes, Movimentos migratórios, Territórios de acolhimento

1. Introdução

Portugal, tradicionalmente país de emigração para os mais diversos destinos geográficos, conheceu nas últimas décadas uma nova realidade de fluxos regulares e relativamente intensos de imigrantes. Entendemos por movimentos migratórios ou migrações, as deslocações no espaço de grupos de pessoas, durante um determinado período de tempo. Estes grupos podem ser mais ou menos numerosos, as permanências podem apresentar uma duração variada, os trajectos serão também mais ou menos longos, e os motivos diversificados. Além disso, os efeitos não são negligenciáveis, quer nos países de origem, quer nas regiões de destino.

Se no século XX o grande desafio demográfico esteve relacionado com a explosão demográfica à escala global, o século XXI deverá ser marcado, em termos populacionais pelos desafios das migrações e do envelhecimento (Le Bras, 2000). De acordo com vários especialistas, o século XXI poderá vir a ser o período das grandes migrações internacionais, ainda que eventualmente o volume dos fluxos possa não vir a ter uma dimensão equivalente à registada no final do século XIX e início do século XX. De um modo geral, estima-se que na actualidade as taxas de migração sejam cerca de 10 vezes inferiores ao verificado no início do século. O Relatório sobre o desenvolvimento humano da ONU (PNUD, 2009) estima que a taxa de migrantes internacionais, entre a população mundial, se tenha mantido estável em cerca de 3% nos últimos 50 anos. De acordo com Le Bras, a causa para este abrandamento está relacionada com as migrações pendulares. Ao contrário do que se poderia pensar, o desenvolvimento dos transportes e respectivas redes não promoveu a emigração permanente: a rapidez e a diminuição dos custos de circulação permitiram deslocações com mais regularidade. Paralelamente, as políticas de controlo da emigração também tiveram um papel importante nesta limitação. Cassel e Miller, na obra *The Edge of migration* (citados em Le Bras, 2000:68) definem as migrações actuais como sendo caracterizadas por 4 questões fundamentais: a globalização (diversificação dos países de emigração e do espectro social dos emigrantes), a sua aceleração, a diferenciação (trabalhadores temporários devem andar a par com povoamentos permanentes) e a ‘feminização’ do fenómeno. Le Bras explica que à diminuição do volume das migrações associa-se a alteração na respectiva estrutura: às tradicionais migrações sul-norte, sucedem-se deslocações de população norte-norte e sul-sul. No caso das migrações norte-norte, estão relacionadas com a

mundialização e ainda que débeis, desenvolvem-se ao ritmo da procura internacional de quadros técnicos e especialistas pelas grandes empresas transnacionais. As migrações sul-sul, por seu turno, resultam da pobreza e do sub-desenvolvimento que continuam a assolar determinadas regiões no mundo, sendo de admitir que as mesmas se possam atenuar, ao longo do século XXI, à medida que estes países melhorarem os seus níveis de desenvolvimento.

Como podemos constatar neste estudo, os indivíduos que recentemente se têm dirigido a Portugal são provenientes, fundamentalmente, da Europa Central e do Leste, da América do Sul (Brasil) ou de África; possuem características diferenciadas e deslocam-se também com motivações diversas. Como a bibliografia nesta área refere, de forma consensual, os motivos para a existência de fluxos migratórios estão associados às características da região de origem dos indivíduos bem como das zonas de destino, e ainda aos obstáculos que se interpõem neste processo e aos inevitáveis factores de ordem pessoal.

As deslocações populacionais, quer no caso das migrações internas, quer no caso das migrações internacionais, estão, normalmente ligadas a contextos socioeconómicos distintos e ao diferente funcionamento do mercado de trabalho. As populações migram para regiões em que existem mais e melhores oportunidades de trabalho (regiões de atracção populacional). Migram por razões familiares (por exemplo, o casamento), para fugir de uma guerra, de uma crise económica, da pobreza, de perseguição política. Migram para ter mais saúde. Migram para fugir às catástrofes (por exemplo, ecológicas, naturais). Partem, sobretudo, em busca de melhores condições de vida (Matos, 1993). Noutros casos, a causa da migração pode ter por base a coacção social, por exemplo, a tentativa de aproximação de amigos ou de familiares que já migraram. De acordo com Jansen (1969), citado em Peixoto (2004): *“A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no*

sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”.

São efectivamente bem diversas as motivações para empreender o percurso da emigração. Peixoto (2004: 12) sintetiza na tabela 1 as principais teorias explicativas para o fenómeno migratório.

Tabela 1: Síntese dos modelos explicativos das migrações

A análise das migrações – um modelo de investigação

| | | Objecto | |
|---------------------------------|-----------------------|--|--|
| | | <i>economia</i> | <i>sociologia</i> |
| Perspectiva metodológica | <i>individualista</i> | Racionalidade Instrumental / Mercado de Trabalho / Rendimentos / Investimento em Capital Humano | Ciclo de Vida / Carreira / Mobilidade Social / Acção Não Instrumental |
| | <i>holista</i> | Mercado de Trabalho Segmentado / Flexibilização / Sistemas Espaciais / Sistemas- Mundo / Sistemas Migratórios | Família / Instituições / Organizações / Redes Migratórias / Enclaves Étnicos / Normas e Imagens Colectivas |

Fonte: Peixoto, 2004: 12.

A tomada de decisão de emigrar não é, em regra, isenta de custos: mudar de uma região (país) para outra (outro) implica um conjunto de custos tanto mais elevados para os indivíduos e/ou para as famílias quanto maior a distância entre ambas. E o afastamento não assume apenas características físicas, mas também culturais e psicológicas (Polèse, 1998: 173). Para que os indivíduos assumam a decisão de emigrar é necessário que os benefícios esperados no futuro – e descontados os custos que tenham de vir a ser assumidos – sejam positivos. Polèse (1998: 173-174), de forma bastante didáctica, explica de que modo os processos migratórios estão associados ao funcionamento dos mercados de trabalho e, em particular, às diferenças salariais praticadas, dando origem a processos migratórios com origem nas regiões onde os níveis de remuneração são mais baixos em direcção aquelas onde os salários praticados são mais elevados. De acordo com a teoria económica clássica este processo de deslocação factorial apenas terminaria no momento em que – em duas regiões (países) em causa – os níveis salariais se equilibrassem. Ora, na realidade o que acontece é precisamente que as migrações

terminam ou diminuem ainda que prevaleçam diferenças de remunerações nos mercados de trabalho, ou seja, antes dos tradicionais ‘mecanismos de mercado’ terem tido capacidade para promover o equilíbrio global, persistindo as disparidades inicialmente verificadas. Kambur e Rapoport (2003) explicam, de forma paradigmática, que para além do facto de as migrações serem induzidas pelas diferenças de rendimento real entre os diversos territórios, constata-se que em simultâneo com o aumento dos fluxos migratórios das regiões mais pobres para as mais ricas, também se acentuam as disparidades entre os países com níveis diferenciados de rendimento. Para a resposta a esta aparente incoerência – recordamos, se percebida apenas de acordo com os mais elementares princípios da teoria económica clássica -, devemos assinalar o fenómeno das conhecidas ‘economias de aglomeração, bem como o carácter selectivo das migrações (que retomaremos mais adiante) mas também as normas legislativas da política de imigração dos diversos países. Enquanto as ‘economias de aglomeração’ e o carácter selectivo das migrações tendem a aumentar as desigualdades de rendimento e qualidade de vida entre os países mais e menos desenvolvidos (cf. a este respeito, por exemplo, PNUD, 2009) também é devido que se assinale o facto das migrações legais estarem, de um modo geral, controladas, em termos de volume, pelos contingentes autorizados nos países receptores. Naturalmente que o quantitativo de imigrantes autorizado, pelo governos, a entrar num determinado território estará relacionado com as necessidades de mão-de-obra previsivelmente não satisfeitas com os recursos do país (e, por exemplo, no caso português, considerando também os restantes países da União Europeia (OCDE, 2008)).

Neste estudo, adoptaremos como pressuposto, com base na vertente individualista, as características associadas à racionalidade inerente ao processo de tomada de decisão de emigrar, bem como ao funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente à perspectiva de melhorar os rendimentos. Assim, assumimos o carácter ‘selectivo’ associado ao processo migratório (Polèse (1998); Peixoto (1998); Kambur e Rapoport (2003), Borjas (1987, 1994, 1999), Góis e Marques (2007) OECD (2008), PNUD (2009)): quem migra são os indivíduos mais novos e os mais aptos, os que têm maior capacidade para enfrentar desafios, com menor aversão ao risco, com níveis de educação mais elevado. Os emigrantes são os indivíduos mais ambiciosos, também considerados ‘*income-maximizers*’ (Borjas, 1987). Considerando, genericamente, que os fluxos migratórios se deslocam de regiões menos desenvolvidas para outras com níveis

de bem-estar mais significativos, então os processos migratórios vão estimular o desenvolvimento das regiões de acolhimento e acentuar as dificuldades nas regiões/países de origem, contribuindo para o aumento das assimetrias entre ambas, como afirmámos anteriormente.

Pelo facto das migrações assumirem a característica da selectividade significa que a população que parte não tem as mesmas características do conjunto global da população. A selecção decorre no momento da decisão de partir e pode verificar-se através de diversos indicadores. Por um lado, a estrutura etária dos emigrantes deverá ser inferior ao conjunto da população. Por outro lado, os indivíduos que partem, em geral, estão entre os que apresentam níveis de educação mais elevados (neste domínio, estuda-se em particular o efeito do chamado *brain drain* versus *brain gain* provocado pela emigração de indivíduos altamente qualificados). Acrescente-se ainda que a tomada de decisão de emigrar implica um esforço (custo), logo os primeiros a fazê-lo não serão os indivíduos mais pobres.

A maior juventude dos emigrantes – grupos populacionais tradicionalmente menos avessos ao risco – provoca alterações nas estruturas demográficas das zonas de origem e de destino: faz diminuir a taxa de dependência nas regiões de chegada e aumenta-a nas regiões de origem. Esta alteração também provocará alterações no nível de disparidades dos rendimentos entre ambas as regiões (países), na medida em que na região de acolhimento vai aumentar a proporção de população que trabalha, e aumenta a dependência social e económica nas regiões de partida. Os imigrantes, em particular os que possuem níveis de educação e, em geral de competências, mais elevado irão contribuir para gerar níveis de crescimento económico mais acentuado nos territórios de acolhimento na medida em que apresentam níveis de produtividade mais elevados e adaptam-se mais facilmente às condições de funcionamento dos mercados de trabalho dos países receptores (Borjas, 1994).

O desejo de rentabilizar os ganhos da emigração é potenciado de forma mais acentuada pelos indivíduos que têm expectativas de que os seus atributos possam ser rentabilizados de melhor forma na região de destino, em particular se possuírem bons níveis de qualificação, escolar ou profissional. As população migrantes são, em geral, mais jovens, mais escolarizadas, mais dinâmicas e mais empreendedoras do que as

populações sedentárias. Estas características dos processos migratórios contribuem para acentuar os desequilíbrios territoriais, alimentando as tradicionais dicotomias associadas aos fenómenos de causalidade circular e cumulativa: territórios sem dinâmicas económicas e produtivas significativas e que não apresentem perspectivas de melhorias das condições de vida para os seus habitantes ver-se-ão na esteira de processos emigratórios que, por seu turno, acentuarão os problemas da debilidade da procura e da sustentabilidade das diversas actividades económicas e, conseqüentemente, que tenderão a ver aumentados os seu níveis de dependência com populações mais idosos e menos qualificadas.

Em síntese, entre os impactes provocados pelos fenómenos migratórios, em particular os internacionais, devemos reflectir não apenas nos gerados nos países de destino mas também sobre os provocados nas áreas de origem (PNUD, 2009). Entre estes últimos contam-se os registados ao nível das famílias (transferências de rendimento que melhoram os níveis de consumo, educação e saúde, entre outros) mas também outros mais difusos ao nível das comunidades e dos países ('efeito de demonstração' promotor de mudança cultural, alteração dos níveis de empreendedorismo, nas normas da comunidade e em transformações políticas), os quais, de modo geral se podem classificar como 'remessas sociais' (ideias, práticas, identidades e o capital social que voltam para as famílias e para as comunidades provenientes dos elementos que emigraram). Contudo, o efeito mais perverso para os países emissores que a emigração, em geral, provoca, devido à partida de jovens, é a escassez de mão-de-obra e conseqüente diminuição da produtividade. Entre as saídas de indivíduos jovens o caso dos qualificados é considerado ainda mais gravoso, como já afirmámos anteriormente. Por outro lado, ao nível dos efeitos nas regiões de destino podemos distinguir os efeitos económicos associados aos imigrantes, mas também os efeitos no mercado de trabalho e na área fiscal. Entre os efeitos económicos associados à presença de imigrantes, verifica-se que o crescimento populacional, devido à emigração, aumenta o PIB real per capita, numa proporção de 1 para 1 (PNUD, 2009). Ao crescimento do rendimento estão associados os efeitos verificados nas taxas de inovação mais elevadas que podem ser obtidas, por exemplo, através da presença de estudantes ou cientistas estrangeiros. Ao nível do mercado de trabalho (PNUD, 2009) assinalamos o facto de não ser relevante o efeito dos imigrantes nos salários praticados, bem como a possibilidade de existência de 'complementaridades' entre as actividades desenvolvidas por 'nativos' ou estrangeiros

(que muitas vezes desempenham tarefas que os primeiros já não consideram interessantes) ou o facto de permitirem que mais mulheres jovens integrem plenamente o mercado de trabalho, na medida em que os imigrantes desempenham muitas vezes tarefas domésticas de apoio às crianças e/ou aos idosos. No domínio fiscal, estudos divulgados pelo recente relatório do PNUD (2009) mostra que os impactes fiscais líquidos não são significativos.

Sendo este, genericamente, o panorama global que enquadra, do ponto de vista teórica, a análise dos movimentos migratórios, numa tentativa de compreendermos melhor os efeitos territoriais nas várias regiões portuguesas dos fluxos de imigrantes, propomos, com este estudo, identificar e caracterizar, de acordo com as diferentes regiões de destino em Portugal, as características – o perfil, em termos de sexo, idade e país de origem - dos indivíduos que se deslocaram para o nosso País integrados num processo migratório. Para além disso, pretendemos verificar a existência de similitudes ao nível do perfil dos imigrantes em função dos respectivos países de origem. Para este estudo utilizaremos informação relativa a fluxos e stocks migratórios, para o século XXI, divulgados pelas entidades produtoras de dados oficiais (Instituto Nacional de Estatística e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Desta forma, tentaremos verificar empiricamente a tese do carácter selectivo das migrações que antes enunciámos.

Este estudo, além desta primeira secção em que apresentamos os pressupostos teóricos para a abordagem que pretendemos realizar, estrutura-se da seguinte forma: na secção 2 apresentaremos a metodologia e os dados usados neste estudo e na secção seguinte os resultados obtidos. Terminaremos este estudo com algumas conclusões e eventuais recomendações de política.

2. Metodologia e Dados

A análise das migrações internacionais debate-se invariavelmente com a escassez e a fragilidade da informação estatística de base. No caso português, o INE e o SEF disponibilizam informação actualizada que permite retirar algum conhecimento relativamente aos stocks e aos fluxos, nomeadamente através da quantificação das solicitações de autorização de residência. Os dados utilizados referem-se aos anos de 2006 e 2007, últimas datas para as quais aquelas entidades disponibilizaram informação.

Apesar do estudo quantitativo das migrações assentar regularmente em métodos indirectos de avaliação, a análise destes dados contribui para uma estimativa dos comportamentos das entradas de estrangeiros em Portugal, com o objectivo de fixarem residência, e para uma percepção das suas preferências em termos regionais, nos anos mais recentes.

De forma muito sucinta, nesta primeira fase do trabalho, os stocks foram avaliados com referência ao ano de 2007, tendo por base a informação relativa à estimativa do total de cidadãos estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal.

Os fluxos, por seu turno, foram estimados para o ano de 2006, tendo em conta precisamente as solicitações de autorização de residência, por sexo, grupo etário, naturalidade (país de nascimento) e região de residência (NUTS I, II e III). Neste caso também procedemos à análise cruzada das variáveis com o objectivo de distinguir algumas características dos imigrantes em função das regiões onde se instalaram bem como em relação ao país de onde são originários.

2.1. Estrangeiros residentes em Portugal e o seu contributo nas transformações demográficas recentes

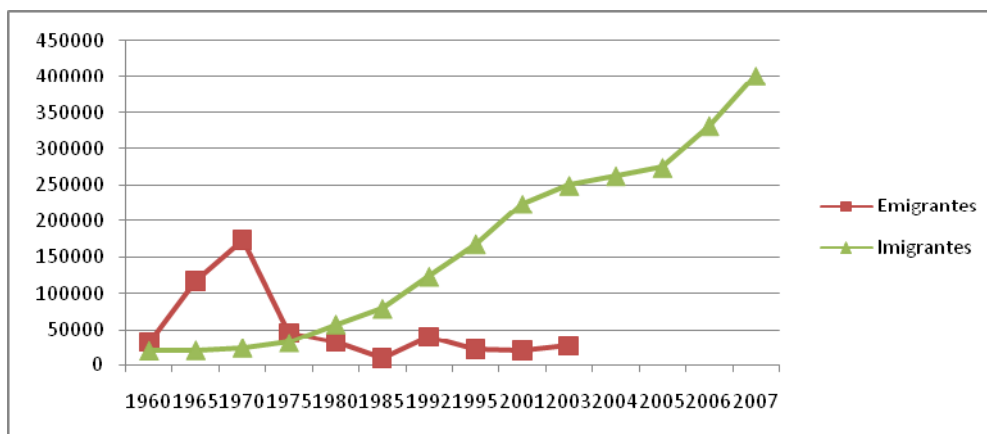
A bibliografia no domínio específico do estudo dos movimentos migratórios classifica Portugal como sendo um país tradicionalmente de emigração. Desde o período da emigração intercontinental no final do século XIX e início do século XX – quando saíram de Portugal em direcção ao Brasil e aos Estados Unidos mais de 1 milhão de portugueses –, passando pela fase continental dos anos 60 e 70 com fortes contingentes migratórios, legais e ilegais, dirigidos para os países do centro da Europa (França e Alemanha), os quais se estima que tenham atingido mais de 1,5 milhões de portugueses – bem como pela emigração sazonal que passou a ser determinante a partir dos anos 80 ou os fluxos migratórios para as ex-colónias portuguesas durante o Estado Novo – fundamentalmente para Angola –, Portugal posicionou-se como país emissor de população (Ferrão, 1996). Enquanto isso, a presença de estrangeiros em Portugal, fundamentalmente até aos anos 60, é bastante insignificante.

Contudo, a partir da segunda metade dos anos 70 e anos 80 do século XX, este cenário altera-se radicalmente. Entre os anos de 1974-75 e o início da década de 80 regressaram ao país mais de 1 milhão de portugueses que se encontravam nas ex-colónias portuguesas (devido ao processo de descolonização) bem como nos países do centro da Europa (devido à crise económica que se instala nestes países), os quais não podem verdadeiramente ser classificados como imigrantes. Este fenómeno de retorno pode ainda estar a prolongar-se nos anos mais recentes devido ao regresso de portugueses, com características demográficas particulares: dado que nos anos 60 e início dos anos 70 do século passado se verificaram intensos movimentos de emigração, particularmente para a Europa, neste momento muitos destes indivíduos já se reformaram e poderão estar a regressar a Portugal, para onde muitos deles, ao longo da sua permanência no estrangeiro, sempre enviaram as respectivas poupanças.

Do ponto de vista dos movimentos migratórios, a vocação portuguesa altera-se a partir dos anos 80 (cf. Gráfico 1). Numa primeira fase, durante os anos 80, e ainda mantendo uma lógica de tipo ‘colonial’, são fundamentalmente indivíduos oriundos dos PALOP e do Brasil que se instalam em Portugal. A partir dos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, os imigrantes em Portugal aumentaram de forma bastante significativa e as suas origens geográficas diversificaram-se: para além dos fluxos provenientes de África e do Brasil, começaram a dirigir-se a Portugal indivíduos do leste da Europa e mesmo da China (Ferrão, 1996; Peixoto, 2008). Estes fluxos poderão ser explicados pelo facto da posição portuguesa na União Europeia estar consolidada, e portanto ainda que Portugal seja um pequeno país periférico integra uma das zonas economicamente mais desenvolvidas, o seu grau de internacionalização é, consequentemente, mais intenso e o nível de crescimento económico e desenvolvimento melhorou significativamente após a instauração da democracia e a adesão à União Europeia.

Gráfico 1: Evolução do nº de emigrantes portugueses e dos imigrantes residentes em Portugal¹

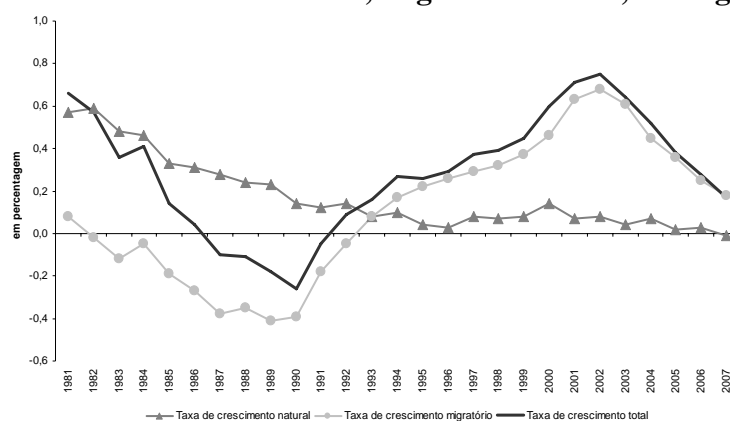
¹ Os dados relativos à emigração são valores totais, sexos reunidos; até 1988 o total é o conjunto da emigração legal e ilegal; depois de 1992 o total é o conjunto dos emigrantes permanentes e temporários. Os dados para os imigrantes referem-se à população estrangeira com residência legalizada (valores totais, sexos reunidos).



Fontes: INE e Barreto, António (1996).

Em Portugal, em particular desde 1981, a tendência da taxa do crescimento demográfico é claramente influenciada pela taxa de crescimento migratório (Gráfico 2); este efeito torna-se mais evidente com o decréscimo da taxa de crescimento natural. Mais recentemente, desde o início da década de 90, que se estimam saldos migratórios positivos (INE, 2008), invertendo-se a tendência anterior de forte emigração, ainda que esta não tenha cessado.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento natural, migratório e total, Portugal, 1981-2007

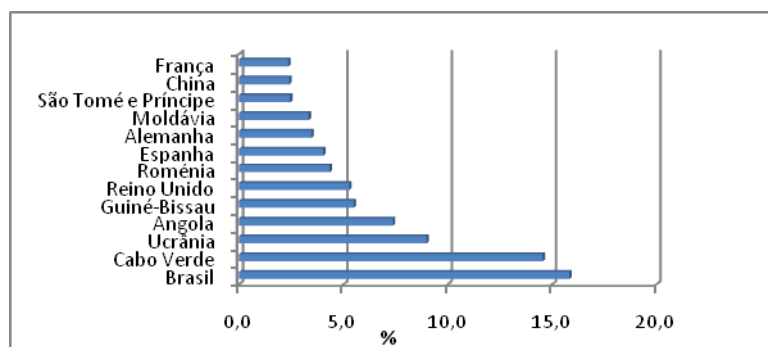


Fonte: INE

Considerando apenas a população estrangeira com estatuto legal de residente, esta aumentou de 54,4 milhares em 1980 para 401,6 milhares em 2007, quase duplicando apenas entre 2000 (207,6 milhares) e 2007 (401,6 milhares), reflectindo a importância crescente dos fluxos de imigração estrangeira para Portugal. Ao valor já referido e que

inclui a parcela mais expressiva (*Títulos de Residência*) é ainda necessário adicionar, em 2007, a informação relativa a “Prorrogações de Autorizações de Permanência” (5,7 milhares), “Prorrogações de Vistos de Longa Duração” (28,4 milhares) e “Vistos de Longa Duração concedidos” (10,6 milhares).

Gráfico 3: População estrangeira com residência legal em Portugal, por nacionalidade (%) em 2007



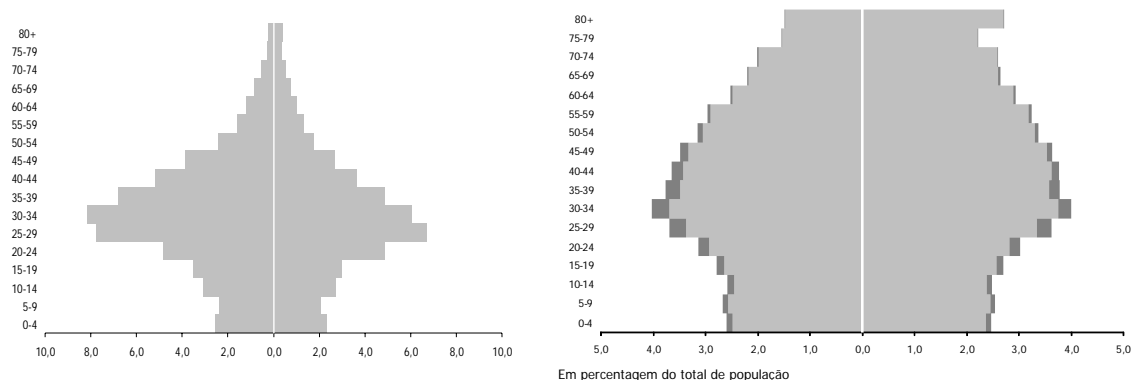
Fonte: INE

O total de cidadãos estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal no ano de 2007 ascendia a 446 333 indivíduos, ou seja, representavam 4,2% do total da população residente em Portugal (10 617 575). O Gráfico 3 mostra as nacionalidades com maior representatividade em Portugal, as quais no seu conjunto representam cerca de 80% do total de imigrantes legais no nosso país. A partir desta informação, estima-se que as 5 nacionalidades estrangeiras com maior destaque eram em 2007, e por país, Brasil e Cabo Verde (ambos com aproximadamente 15%), Ucrânia (9%), Angola (7%) e Guiné-Bissau (5%). Apesar de assinalarmos a Ucrânia na lista dos 5 países com maior representatividade, importa referir que cerca de 47% destes cidadãos possuíam nacionalidade de um dos países de língua portuguesa: Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (2%) e Moçambique (1%). Outra nota a referir reporta-se ao facto de o Brasil assumir o primeiro lugar (ainda que com uma ligeira diferença relativamente a Cabo Verde), o que reflecte um crescimento contínuo de cidadãos estrangeiros oriundos daquele país.

Quanto à repartição por sexos e idades dos cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal, (Gráfico 4) estima-se que em cerca de 55% homens e 45% mulheres, com uma concentração mais acentuada em torno das idades activas, em que 50% estariam entre os 20 e os 39 anos de idade.

Gráfico 4 – Pirâmide etária da população Gráfico 5: Pirâmide etária da população residente

estrangeira com estatuto legal de residente, em Portugal, em 2007
Portugal, 2007



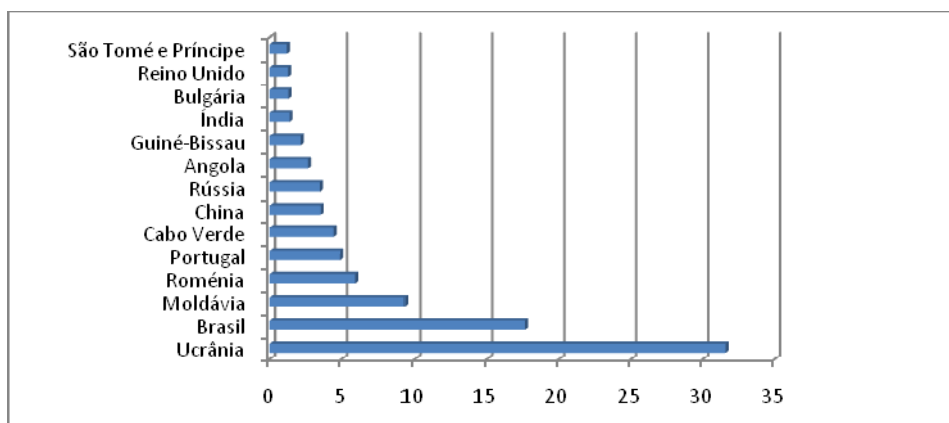
Fonte: INE, SEF e estimativas dos autores

Esta distribuição evidenciada na pirâmide etária da população estrangeira é significativamente diferente da pirâmide da população portuguesa (Gráfico 5) o que, como habitualmente expresso na bibliografia de referência, está em linha com o facto da população migrante ser estruturalmente diferente, neste caso, da população de acolhimento, a qual regista sinais evidentes de envelhecimento.

3.2. Análise dos fluxos em 2006, por nacionalidade e sexo, segundo a região de residência

Como foi referido anteriormente os *fluxos* foram analisados com base nas solicitações de autorização de residência, referentes a 2006, segundo o sexo e o escalão etário, por país de nascimento (naturalidade), em função da região de residência. Estes dados permitem-nos caracterizar, de forma aproximada, as entradas de estrangeiros em Portugal e a sua “preferência” em termos de fixação de residência.

**Gráfico 6: Solicitações de residência em Portugal, por nacionalidade,
no ano de 2006 (%)**



Fonte: INE

No que respeita à nacionalidade dos indivíduos que se dirigiram para Portugal, no ano 2006 (Gráfico 6) verificamos que a estrutura destas origens geográficas segue, muito de perto, o padrão verificado no que respeita às origens dos cidadãos estrangeiros que residem em Portugal: para além dos cidadãos do leste da Europa (Ucrânia, Moldávia e Roménia, Rússia), vieram para Portugal cidadãos dos países de língua oficial portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), mas também da China ou da Índia. A expressão relativamente significativa de estrangeiros cujo país de nascimento foi Portugal e que surge com algum significado no gráfico está associada à predominância de indivíduos no grupo etário do 0-4 anos, ou seja, nascimentos que ocorreram em Portugal de pais estrangeiros. De um modo geral, pudemos observar que para Portugal no seu conjunto terão entrado mais homens (59,1%) do que mulheres (40,9%). A quase totalidade dos estrangeiros (92,1%) que solicitou autorização de residência tinha idades abaixo dos 50 anos, como seria de esperar, apresentando uma maior concentração nas idades jovens activas, 25-29 (15,2%), 30-34 (17,3%) e 35-39 (14,3%). Todavia, cerca de 20% tinha idades inferiores a 20 anos; a mesma percentagem correspondia às idades 40-44 e 45-49 no seu conjunto. No que respeita à diferença entre os sexos, apenas no grupo de idades 20-24 anos, o número de mulheres foi superior ao número de homens (cf. Gráfico 7 e Quadro 1 em anexo). Estes dados globais para o conjunto do país são confirmados com a análise detalhada realizada para as diversas NUTS II. Assim, comparando, para as NUTS II do continente, a estrutura da população residente com a estrutura da ‘população’ que solicitou autorizações de residência no ano 2006, verifica-se por um lado a concentração destes pedidos nos indivíduos do sexo masculino e nos grupos de idades compreendidos

entre 20 e os 49 anos (ver, a este respeito pirâmides etárias em anexo). Este comportamento é bastante homogêneo nas diversas regiões analisadas.

Gráfico 7 – Solicitações de residência, em função do sexo e por grupo etário, em 2006

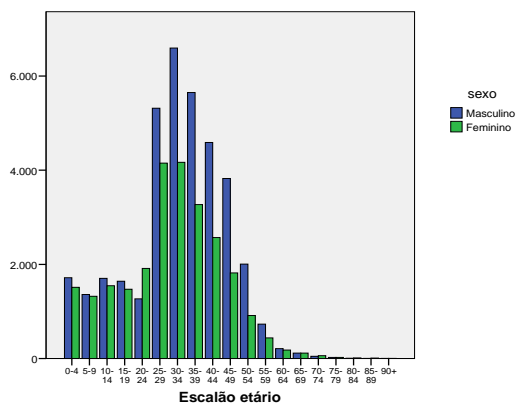
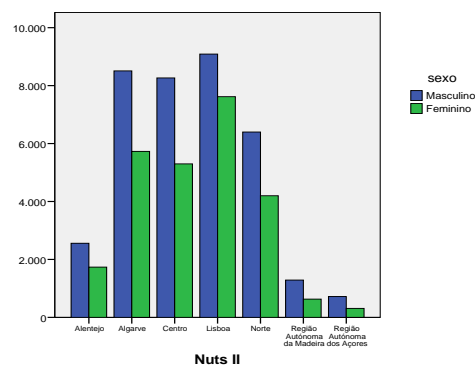


Gráfico 8 – Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS II), em 2006

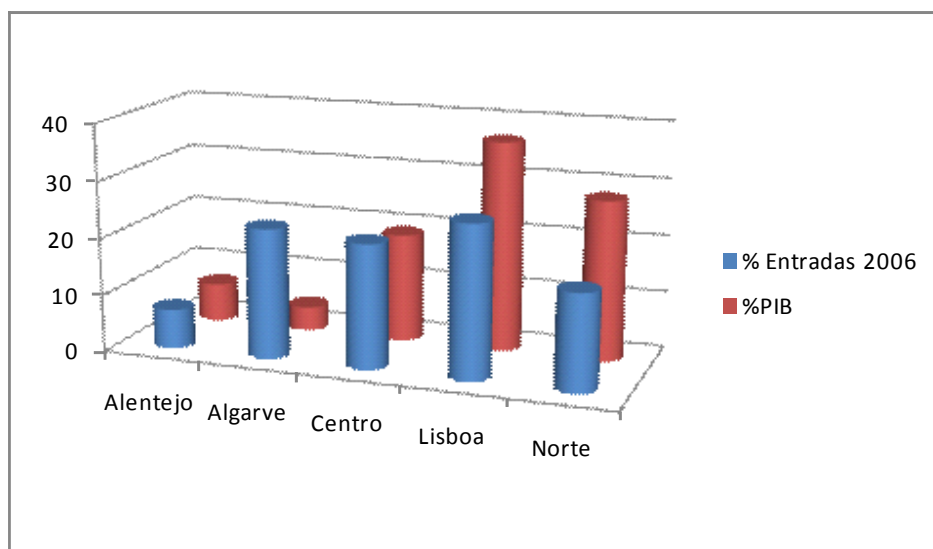


Relativamente à sua distribuição em função das regiões de fixação de residência, foram as NUTS II de Lisboa (26,8%), do Algarve (22,8%), do Centro (21,8%) e do Norte (17,0%) que evidenciaram as percentagens de entradas mais elevadas, revelando uma distribuição dos imigrantes razoavelmente equilibrada em grande parte do território português (cf. Gráfico 8 e Quadro 2 em anexo). As restantes regiões, Alentejo (6,9%), as Regiões Autónomas da Madeira (3,1%) e dos Açores (1,6%), registaram valores bastante inferiores. Em todas as regiões, o número de entradas do sexo masculino foi superior ao do feminino. Ao desagregar a análise ao nível regional de NUTS III (cf. Gráfico 8) pudemos confirmar que o Algarve (22,8%), a Grande Lisboa (16,3%) e a Península de Setúbal (10,5%) foram as destinatárias preferenciais dos estrangeiros que fixaram residência em Portugal em 2006. Estas regiões, no contexto do território português, são os territórios que têm registado dinâmicas económicas mais significativas, tendo conhecido desde os anos 90 movimentos de crescimento do produto muito relevantes. Se analisarmos o respectivo PIB *per capita* em paridade de poder de compra (média da EU27= 100) para o ano de 2006 (fonte: EUROSTAT) verificamos que os valores registados nestas regiões (NUTS II) são respectivamente 106,6 no caso de Lisboa (que integra Grande Lisboa e a Península de Setúbal) e 81,2 no caso do Algarve (a média do continente português é apenas de 76,0). Estes valores são particularmente significativos se nos recordarmos que no momento da adesão de Portugal à CEE, em 1986, todo o país estava classificado como região Objectivo 1, ou seja, com um nível de PIB *per capita* abaixo dos 75% da média da comunidade. A evolução destas regiões em particular, melhorando a sua posição relativa no conjunto

das regiões da U.E, também acentuou o nível de assimetrias de desenvolvimento registadas entre as várias regiões portuguesas.

Dado que não temos disponíveis, ao nível das NUTS II, uma estimativa da população imigrante – stocks relativos à estimativa da população de nacionalidade estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal (esta variável apenas está disponível para Portugal) – não temos possibilidade de verificar a importância relativa, nas NUTS II do continente, da população imigrante, quer ao nível da população residente quer em termos da população activa. Da mesma forma, e pelos mesmos motivos, não é possível verificar se, ao longo do tempo, se regista o predomínio de uma dada nacionalidade nas NUTS II consideradas.

Gráfico 9: Comparação entre a proporção de Entradas e a contribuição para o PIB, por NUTS II, em 2006



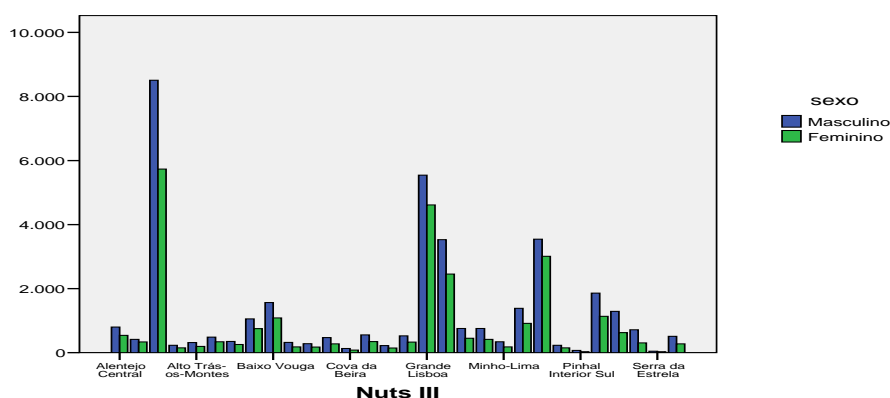
Fonte: INE

Legenda: Entradas 2006: Solicitações de residência, em 2006, por NUTS II (proporção do total nacional); PIB a preços correntes, por NUTS II, em 2006 (proporção do total nacional)

Se adoptarmos outra perspectiva na análise da relação entre o PIB das diversas NUTS II e a proporção de Entradas nas várias regiões do continente, ou seja, comparando o comportamento do PIB, agora ao nível da estrutura regional, com o peso relativo das entradas de imigrantes nas diversas regiões do continente português (Gráfico 9) verificamos que existem algumas discrepâncias dignas de registo. Neste domínio, seria

de esperar que as regiões com contribuições mais relevantes para o PIB, e portanto com maior nível de actividade económica e maior criação de riqueza, fossem também as que se revelariam mais atractivas para os estrangeiros que procuram o nosso país. Se, por um lado as regiões de Lisboa e do Norte contribuem proporcionalmente mais para o PIB do que a percentagem de imigrantes que recebem, já no caso do Algarve o cenário é oposto: o peso das entradas de imigrantes nesta região, no total nacional, é muito superior ao contributo regional para o PIB português. Este comportamento está relacionado, com forte probabilidade, por um lado, com o facto desta região ser um território onde predominam actividades económicas do sector terciário no âmbito do turismo (hotelaria, restauração, imobiliário, entre outras) bem como a construção civil, onde a flexibilidade do mercado de trabalho pode ser relativamente maior que noutras regiões do país – por exemplo, devido à forte componente de sazonalidade na criação de emprego associado à época alta da actividade turística – que podem atrair de forma mais intensa os indivíduos estrangeiros. Além disso, os resultados obtidos poderão também ser explicados com o facto de alguns dos estrangeiros que solicitam autorização de residência serem reformados. No caso das regiões Centro e Alentejo, a importância relativa dos imigrantes é muito semelhante ao contributo regional para a criação de riqueza do país.

Gráfico 10 – Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS III), em 2006



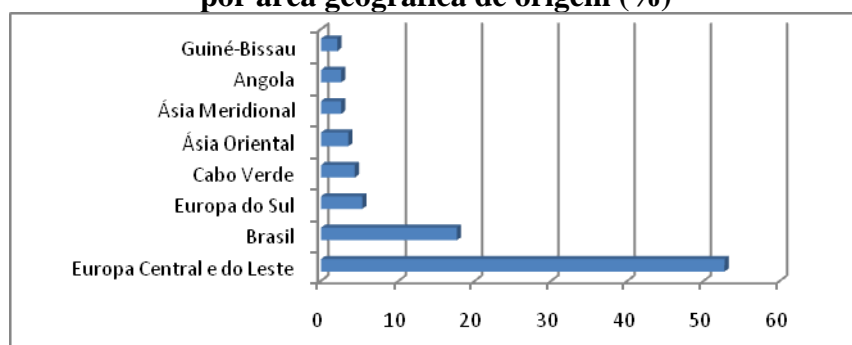
No entanto, as Regiões do Grande Porto (9,6%), Pinhal Litoral (4,8%), Baixo Vouga (4,3%) e do Oeste (3,7%) apresentaram uma dinâmica de atractividade que podemos considerar, à partida, moderada (cf. Gráfico 10 e Quadro 3 em anexo). Todas estas NUTS III, por seu turno, integram as NUTS II do Norte e do Centro, cuja posição relativa no conjunto das regiões europeias fica claramente abaixo do limite considerado

para que uma região possa ser classificada como uma região sem problemas estruturais de desenvolvimento (na região Centro o PIB *per capita* em paridade de poder de compra é apenas de 64,7 e no Norte de 60,5).

3. Discussão de alguns resultados

A agregação dos resultados, por grandes áreas geográficas de origem, dos indivíduos que pediram autorização de residência em Portugal reforça a importância dos imigrantes da Europa Central e de Leste bem como do Brasil, de Cabo Verde, da Ásia, e ainda da Europa do Sul (embora este resultado esteja muito condicionado pelos valores dos ‘imigrantes’ nascidos em Portugal ou “*imigrantes de segunda geração*”). Dado que os imigrantes da Europa Central e de Leste, do Brasil e de Cabo Verde totalizam cerca de 75% do total de indivíduos que, em 2006, solicitaram autorização de residência em Portugal, tentaremos identificar um pouco melhor as semelhanças (ou diferenças) existentes entre eles.

Gráfico 11: Solicitações de residência em Portugal, no ano de 2006, por área geográfica de origem (%)



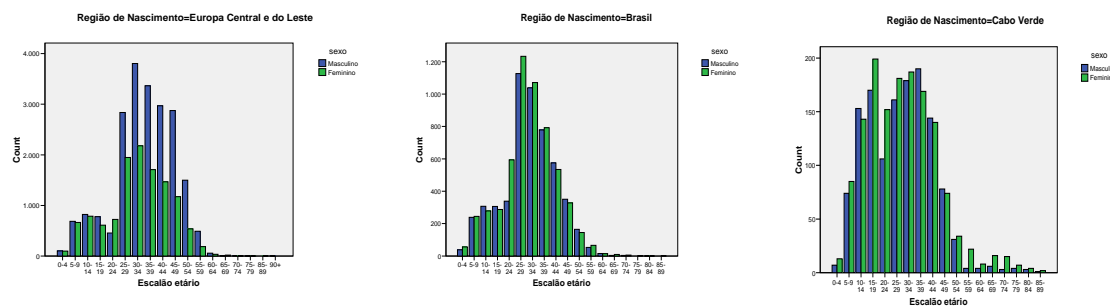
Fonte: INE

Vejamos, em primeiro lugar, se entre os indivíduos das áreas geográficas anteriormente seleccionadas existem semelhanças relativamente às variáveis de caracterização disponíveis, ou seja, idade, sexo e região de acolhimento.

Gráfico 12: Imigrantes da Europa Central e de Leste por sexo e escalão etário

Gráfico 13: Imigrantes do Brasil por sexo e escalão etário

Gráfico 14: Imigrantes de Cabo Verde por sexo e escalão etário



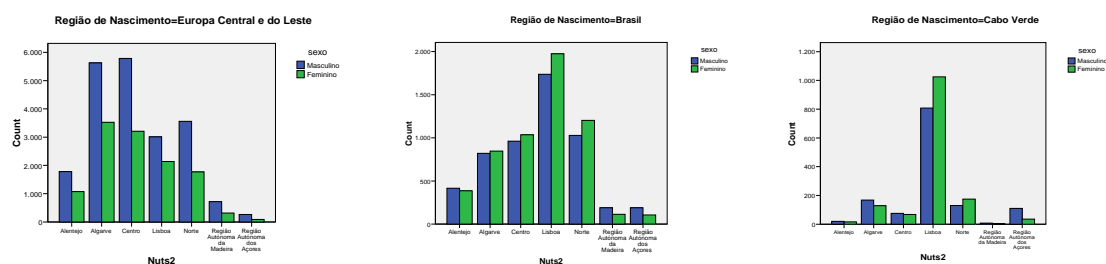
A análise cruzada das variáveis ‘região de proveniência’ com a idade e o sexo dos indivíduos revela (cf. Gráficos 12, 13 e 14) que existem diferenças significativas entre eles. Assim, verificamos que os imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste são predominantemente homens e concentram-se nos grupos etários entre os 25 e os 49 anos. Ao contrário, entre os indivíduos provenientes do Brasil, existe maior equilíbrio entre homens e mulheres, sendo diversos os grupos etários onde predominam as mulheres (nomeadamente, entre os 20 e os 39 anos). Neste grupo verifica-se maior concentração nos grupos etários entre os 25 e os 44 anos. Os indivíduos provenientes de Cabo Verde registam uma distribuição globalmente mais equilibrada, em termos de sexo e grupos de idades e são mais jovens; neste caso, além de indivíduos em idade activa são também muitas as crianças e jovens que se dirigem a Portugal. Este contraste tem implícito um conceito de imigração diferente dos anteriores: nos primeiros tratar-se-á, provavelmente, de deslocações isoladas por motivos exclusivamente profissionais e de rendimento, enquanto no caso dos cabo-verdianos devemos admitir a hipótese da imigração em família, procurando, eventualmente, além de melhores condições de vida e de trabalho, melhores condições de educação para as crianças e jovens. Além desta característica, ainda devemos assinalar que nos grupos etários entre os 15 e os 34 anos predominam as mulheres. Todas as diferenças encontradas são estatisticamente significativas.

Vejamos agora se as regiões de destino, em Portugal, são idênticas para as diversas origens geográficas dos imigrantes que procuram o nosso país.

Gráfico 15: Imigrantes da Europa Central e de Leste por NUTS II

Gráfico 16: Imigrantes do Brasil por NUTS II

Gráfico 17: Imigrantes de Cabo Verde por NUTS II



Também a análise cruzada das variáveis NUTS II onde residem os imigrantes com a respectiva proveniência geográfica (cf. Gráficos 15, 16 e 17), mostra que a existência de diferenças. Enquanto os cidadãos da Europa Central e de Leste se concentram predominantemente nas regiões do Algarve e do Centro, os cabo-verdianos preferem, de forma bastante intensa, a área metropolitana de Lisboa. Os indivíduos provenientes do Brasil, por seu turno, ainda que privilegiem a localização na região de Lisboa, distribuem-se de forma razoavelmente equilibrada entre o Norte, o Centro e o Algarve. Com excepção das Regiões Autónomas, no Continente português, o Alentejo, para qualquer dos grupos considerados, é sempre a região com menor atractividade. Naturalmente que a este facto não será alheia a baixa densidade económica e populacional que caracteriza esta região, criando, previsivelmente nestes cidadãos, a imagem de uma zona pouco ‘interessante’².

A concluir esta análise iremos proceder ao cruzamento das variáveis NUTS II com as regiões de proveniência dos imigrantes bem como com os respectivos grupos etários (cf. Quadro 4 em anexo). Esta síntese permite-nos confirmar as conclusões obtidas anteriormente, demonstrando que não existem diferenças, em termos de grupos etários predominantes, nas NUTS onde mais se concentram os imigrantes e a média nacional, independentemente da nacionalidade dos imigrantes.

4. Conclusões

O fenómeno das migrações, entendido como um dos desafios demográficos do século XXI, apresenta na actualidade um conjunto de características bem distintas das que conheceu nos dois séculos anteriores. Neste domínio, também a posição portuguesa é agora diversa do comportamento tradicional do país. Descrito na bibliografia de

² As diferenças agora assinaladas revelam-se significativas, em termos estatísticos ($\chi^2 = 0,000$).

referência como um país de emigração, tendo contribuído ao longo dos séculos XIX e XX para os movimentos migratórios à escala inter-continental e continental, Portugal é hoje um país de imigrantes, onde os cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente já representam cerca de 4% da população residente no país. Seguramente que para esta alteração, visível de forma inequívoca a partir dos anos 80 do século XX, contribuiu a democratização do país bem como a integração na União Europeia, que têm vindo a permitir um maior nível de desenvolvimento e de internacionalização.

Este estudo preliminar relativo às características dos imigrantes que se deslocam para Portugal, e das respectivas diferenças em função das regiões onde se instalam, foi realizado, fundamentalmente, a partir dos dados para o ano de 2006 respeitantes às solicitações de residência no país bem como a partir da escassa informação disponível a partir do volume de indivíduos com autorização legal de residência no ano 2007. Esta informação permitiu-nos verificar, desde logo, que os cidadãos estrangeiros que estão mais representados na população portuguesa são oriundos da Europa Central e de Leste, bem como do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), destacando-se entre estes os cabo-verdianos, angolanos e guineenses. Também deve ser assinalado o facto de começar a ganhar expressão o fluxo proveniente do continente asiático, particularmente da China e da Índia. De acordo com a bibliografia de referência, também constatámos que os imigrantes em Portugal são maioritariamente homens, significativamente mais jovens (concentram-se entre os 25 e os 49 anos) que a população residente de acolhimento e localizam-se preferencialmente nas regiões de Lisboa e do Algarve, onde o dinamismo económico e populacional tem sido mais intenso. O predomínio de homens e a concentração etária nos grupos de idades entre os 25 e os 49 anos verifica-se em todas as NUTS II do continente, quando comparamos as características – a partir das variáveis disponíveis – da população residente com o conjunto de indivíduos que solicitaram autorização para se instalarem num determinado local.

Em termos das diferenças registadas entre os indivíduos provenientes das diversas regiões emissoras de emigração para Portugal destacamos algumas características predominantes:

- Entre os indivíduos da Europa Central e de Leste predominam claramente os homens ao contrário do que se verifica em relação ao Brasil ou a Cabo Verde onde em diversos grupos etários são predominantes as mulheres,
- Os cabo-verdianos são os que emigram mais novos, o que nos pode levar a admitir a hipótese da imigração familiar,
- Os cidadãos da Europa Central e de Leste localizam-se preferencialmente nas regiões Norte e Centro enquanto os cabo-verdianos privilegiam a de Lisboa, tal como os brasileiros. Estes últimos são os que apresentam maior dispersão pelas diversas regiões portuguesas.

Os resultados alcançados neste estudo exploratório mostram, relativamente aos objectivos traçados, a existência clara de um perfil determinado, nos imigrantes que se dirigem a Portugal: trata-se maioritariamente de homens, com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos, provenientes dos PALOP e dos países do Leste da Europa. No caso dos imigrantes oriundos dos PALOP as respectivas deslocações poder-se-ão justificar por razões de natureza económica, mas também por motivos de ordem cultural e linguística. Por outro lado, no caso dos indivíduos originários dos países do Leste da Europa admitimos que a preferência por Portugal não deverá deixar de estar relacionada com o facto de o nosso país participar na União Europeia, o que poderá potenciar a integração destes imigrantes no mercado de trabalho global da União Europeia. No que respeita às regiões de acolhimento, em Portugal, concluímos que as preferências dos imigrantes se dirigem para as regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e do Algarve, ou seja, para os territórios que têm vindo a registar, nos últimos anos, maior dinamismo económico e populacional. Assim, para além das consequências ao nível do aprofundamento das assimetrias de desenvolvimento entre as regiões emissoras de contingentes migratórios e os países de acolhimento – decorrente, entre outros, como vimos anteriormente, da tese da selectividade das migrações -, os próprios países de acolhimento arriscam a aumentar as suas assimetrias internas, aprofundando as diferenças entre as regiões que acumulam maiores dinâmicas populacionais e económicas – internas e decorrentes da atracção de populações imigrantes – e as regiões com menor capacidade para atrair e reter população e actividade económica.

5. Bibliografia

Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Borjas, George J. (1987), *Self-Selection and the earnings of immigrants*, *America Economic Review*, September, pp. 531-553.

Borjas, George J. (1994), *The economics of immigration*, *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXII, December, pp. 1667-1717.

Borjas, George J. (1999), *The economic analysis of immigration*, in “Handbook of Labour Economics”, Vol. 3A, edited by Orley Ashenfelter and David Card, North-Holland, pp. 1697-1760.

Coleman, D. (2004). *Facing the 21st Century. New developments, continuing problems*. Keynote presented at European Population Forum 2004, Gaye Erbatur MP, Turkey, 12-14 January 2004

Ferrão, João (1996), *Três décadas de consolidação do Portugal demográfico ‘moderno’*, in António Barreto (org.), “A Situação Social em Portugal, 1960-1995”, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp: 165-190.

Góis, Pedro; Marques, José Carlos (2007), *Estudo prospetivo sobre imigrantes qualificados em Portugal*, Observatório da Imigração, ACIDI, Lisboa.

INE (2008). *Estatísticas Demográficas, 2007*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Kambur, Ravi; Rapoport, Hillel (2003), *Migration selectivity and the evolution of spatial inequality* (www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/Kanrap.pdf acedido em 18 de Abril de 2010).

Le Bras, Hervé (2000), *Quel futur pour la population et les migrations au XXI^e siècle ?* in « Les clés du XXI^e siècle », Seuil, Éditions UNESCO, pp : 67-70.

Matos, Cristina (1993), *Migrações: decisões individuais e estruturas sociais*, SOCIUS Working Papers nº 5, Lisboa, ISEG.

OCDE (2008), *International Migration Outlook*, OECD, Paris.

Peixoto, J. (1998), *Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: as migrações intre-regionais em Portugal nos anos 80*, Revista de Estatística, 3º Quadrimestre, INE, pp. 73-112.

Peixoto, J. (2004), “ *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*”, SOCIUS Working papers, nº 11, Lisboa, ISEG

Peixoto, J. (2008). “*A demografia da população imigrante em Portugal*”, forthcoming in M. F. Lages e A. Teodoro Matos (coord.), “Portugal: Percursos de Interculturalidade”, (vol. II, Lisboa, ACIDI/Observatório da Imigração, pp: 7:48).

PNUD (2009), Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar Barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Almedina Editora, Coimbra.

Polèse, Mário (1998), *Economia Regional e Urbana, Lógica espacial das transformações económicas*, Coleção APDR, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, Portugal

Sobotka, T. (2008). *The rising importance of migrants for childbearing in Europe*. Vol.19, Art. 9, pp. 225-248 (<http://www.demographic-research.org/volumes/vol19/9/>)

6. Anexos

Quadro 1 – Solicitações de residência, em função do sexo e por grupo etário, em 2006

| | HM | % | H | % | M | % |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0-4 | 3231 | 5,2 | 1717 | 4,7 | 1514 | 5,9 |
| 5-9 | 2681 | 4,3 | 1359 | 3,7 | 1322 | 5,2 |
| 10-14 | 3251 | 5,2 | 1703 | 4,6 | 1548 | 6,1 |
| 15-19 | 3114 | 5,0 | 1643 | 4,5 | 1471 | 5,8 |
| 20-24 | 3184 | 5,1 | 1270 | 3,4 | 1914 | 7,5 |
| 25-29 | 9468 | 15,2 | 5317 | 14,4 | 4151 | 16,3 |
| 30-34 | 10763 | 17,3 | 6595 | 17,9 | 4168 | 16,3 |
| 35-39 | 8920 | 14,3 | 5649 | 15,3 | 3271 | 12,8 |
| 40-44 | 7161 | 11,5 | 4590 | 12,5 | 2571 | 10,1 |
| 45-49 | 5644 | 9,1 | 3823 | 10,4 | 1821 | 7,1 |
| 50-54 | 2921 | 4,7 | 2007 | 5,5 | 914 | 3,6 |
| 55-59 | 1171 | 1,9 | 732 | 2,0 | 439 | 1,7 |
| 60-64 | 392 | 0,6 | 213 | 0,6 | 179 | 0,7 |
| 65-69 | 233 | 0,4 | 116 | 0,3 | 117 | 0,5 |
| 70+ | 198 | 0,3 | 86 | 0,2 | 112 | 0,4 |
| Total | 62332 | 100,0 | 36820 | 100,0 | 25512 | 100,0 |

Fonte: INE/SEF

Quadro 2 – Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS II), em 2006

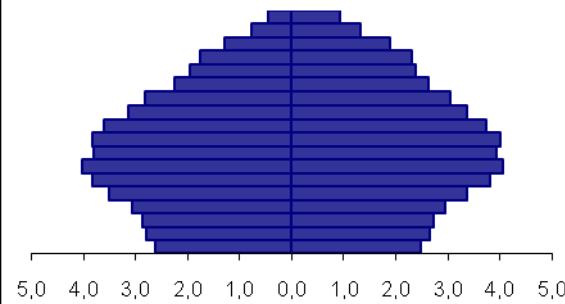
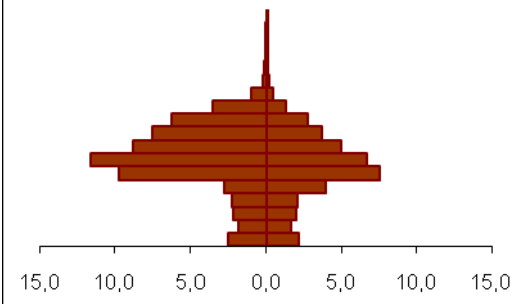
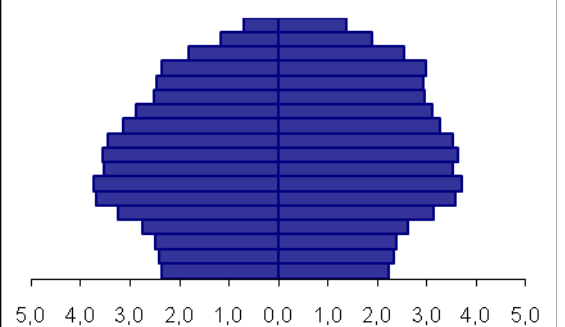
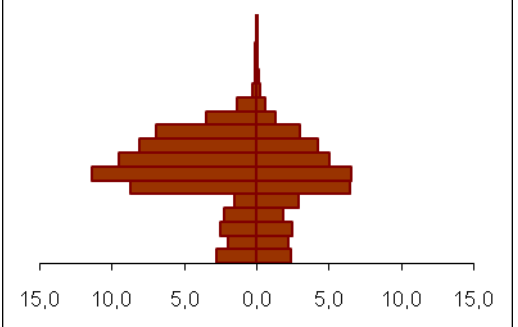
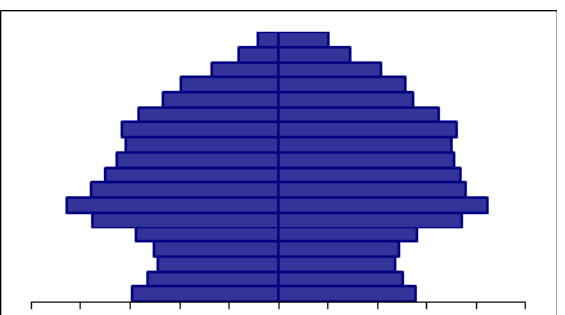
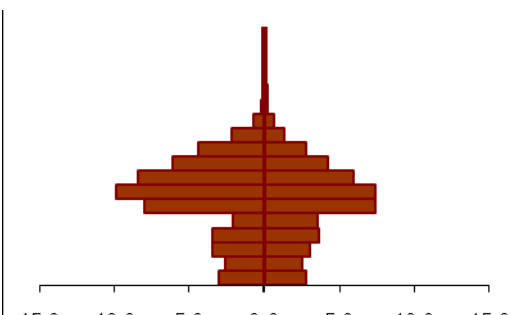


| NUTS II | HM | % | H | % | M | % |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Alentejo | 4292 | 6,9 | 2557 | 6,9 | 1735 | 6,8 |
| Algarve | 14238 | 22,8 | 8507 | 23,1 | 5731 | 22,5 |
| Centro | 13561 | 21,8 | 8265 | 22,4 | 5296 | 20,8 |
| Lisboa | 16709 | 26,8 | 9088 | 24,7 | 7621 | 29,9 |
| Norte | 10597 | 17,0 | 6400 | 17,4 | 4197 | 16,5 |
| R. A. Madeira | 1913 | 3,1 | 1288 | 3,5 | 625 | 2,4 |
| R. A. Açores | 1022 | 1,6 | 715 | 1,9 | 307 | 1,2 |
| Total | 62332 | 100,0 | 36820 | 100,0 | 25512 | 100,0 |

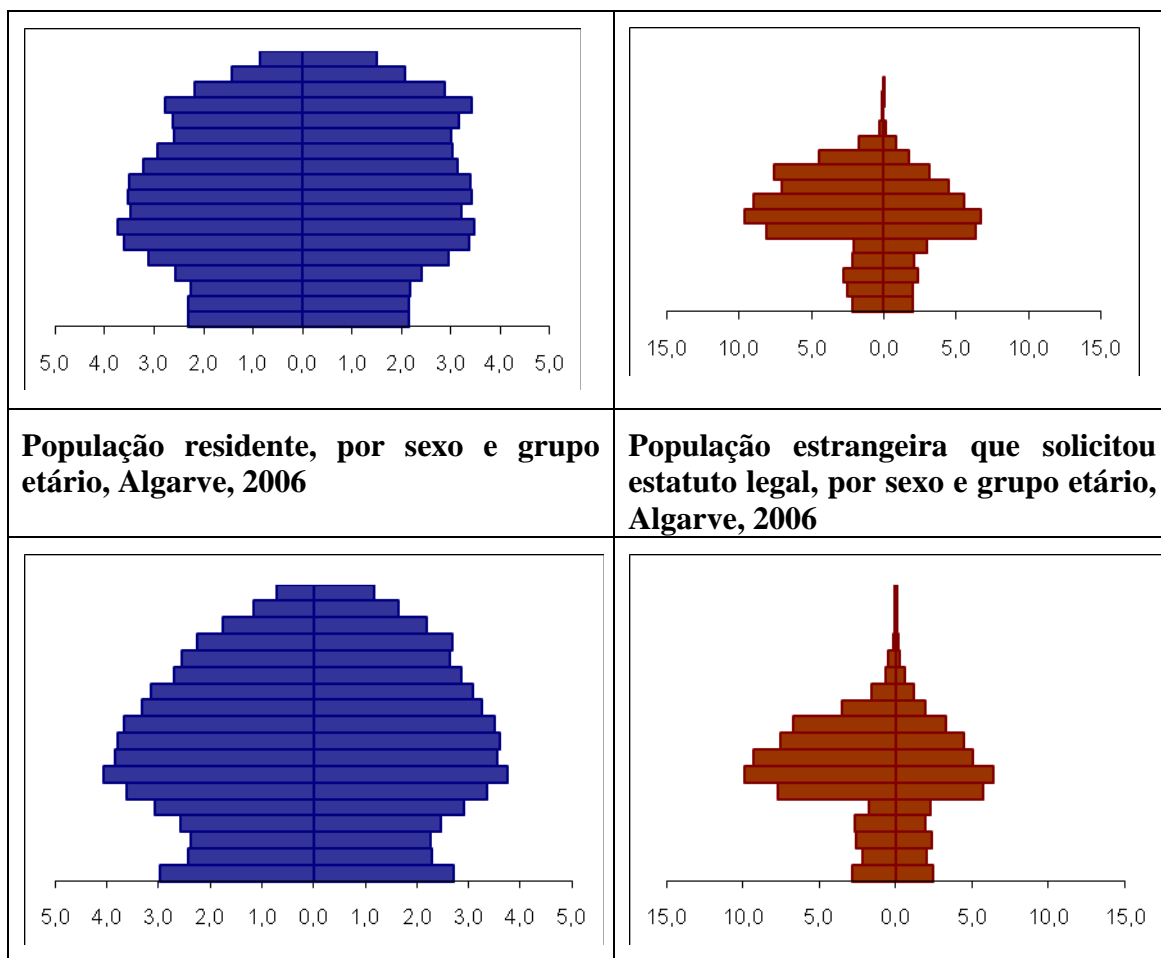
Fonte: INE/SEF

Quadro 3 – Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS III), em 2006

| NUTS III | HM | % | H | % | M | % |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Alentejo Central | 1341 | 2,2 | 801 | 2,2 | 540 | 2,1 |
| Alentejo Litoral | 752 | 1,2 | 415 | 1,1 | 337 | 1,3 |
| Algarve | 14238 | 22,8 | 8507 | 23,1 | 5731 | 22,5 |
| Alto Alentejo | 384 | 0,6 | 232 | 0,6 | 152 | 0,6 |
| Alto Trás-os-Montes | 511 | 0,8 | 316 | 0,9 | 195 | 0,8 |
| Ave | 827 | 1,3 | 486 | 1,3 | 341 | 1,3 |
| Baixo Alentejo | 607 | 1,0 | 351 | 1,0 | 256 | 1,0 |
| Baixo Mondego | 1804 | 2,9 | 1054 | 2,9 | 750 | 2,9 |
| Baixo Vouga | 2653 | 4,3 | 1566 | 4,3 | 1087 | 4,3 |
| Beira Interior Norte | 500 | 0,8 | 322 | 0,9 | 178 | 0,7 |
| Beira Interior Sul | 456 | 0,7 | 281 | 0,8 | 175 | 0,7 |
| Cávado | 745 | 1,2 | 468 | 1,3 | 277 | 1,1 |
| Cova da Beira | 210 | 0,3 | 131 | 0,4 | 79 | 0,3 |
| Dão-Lafões | 906 | 1,5 | 558 | 1,5 | 348 | 1,4 |
| Douro | 365 | 0,6 | 221 | 0,6 | 144 | 0,6 |
| Entre Douro e Vouga | 859 | 1,4 | 527 | 1,4 | 332 | 1,3 |
| Grande Lisboa | 10157 | 16,3 | 5543 | 15,1 | 4614 | 18,1 |
| Grande Porto | 5981 | 9,6 | 3527 | 9,6 | 2454 | 9,6 |
| Lezíria do Tejo | 1208 | 1,9 | 758 | 2,1 | 450 | 1,8 |
| Médio Tejo | 1171 | 1,9 | 756 | 2,1 | 415 | 1,6 |
| Minho-Lima | 521 | 0,8 | 342 | 0,9 | 179 | 0,7 |
| Oeste | 2300 | 3,7 | 1387 | 3,8 | 913 | 3,6 |
| Península de Setúbal | 6552 | 10,5 | 3545 | 9,6 | 3007 | 11,8 |
| Pinhal Interior Norte | 381 | 0,6 | 231 | 0,6 | 150 | 0,6 |
| Pinhal Interior Sul | 104 | 0,2 | 71 | 0,2 | 33 | 0,1 |
| Pinhal Litoral | 2995 | 4,8 | 1860 | 5,1 | 1135 | 4,4 |
| Serra da Estrela | 81 | 0,1 | 48 | 0,1 | 33 | 0,1 |
| Tâmega | 788 | 1,3 | 513 | 1,4 | 275 | 1,1 |
| R. A. Madeira | 1913 | 3,1 | 1288 | 3,5 | 625 | 2,4 |
| R. A. Açores | 1022 | 1,6 | 715 | 1,9 | 307 | 1,2 |
| Total | 62332 | 100,0 | 36820 | 100,0 | 25512 | 100,0 |

Pirâmides Etárias, por NUTS II

| | |
|--|---|
| <p>Figura 1: População residente, por sexo e grupo etário, Norte, 2006</p> | <p>Figura 2: População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Norte, 2006</p> |
|  |  |
| <p>Figura 3: População residente, por sexo e grupo etário, Centro, 2006</p> | <p>Figura 4: População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Centro, 2006</p> |
|  |  |
| <p>Figura 5: População residente, por sexo e grupo etário, Lisboa, 2006</p> | <p>Figura 6: População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Lisboa, 2006</p> |
|  |  |
| <p>Figura 7: População residente, por sexo e grupo etário, Alentejo, 2006</p> | <p>Figura 8: População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Alentejo, 2006</p> |
|  |  |



Quadro 4: Análise cruzada das variáveis Regiões de origem, Regiões de destino e escalão etário, para os cidadãos que solicitaram autorizações de residência em 2006

| Região de Nascimento | | Escalão etário | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|--------------|----------------|------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|
| | | 0-4 | 5-9 | 10-14 | 15-19 | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 | 50-54 | 55-59 | 60-64 | 65-69 | 70-74 | 75-79 | 80-84 | 85-89 | 90+ | Total | % |
| Europa Central e do Leste | Alentejo | 16 | 126 | 146 | 108 | 115 | 380 | 471 | 427 | 380 | 377 | 219 | 78 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2855 | 8,7 |
| | Algarve | 79 | 393 | 457 | 442 | 341 | 1259 | 1579 | 1450 | 1236 | 1145 | 539 | 189 | 28 | 9 | 2 | 1 | 1 | 0 | 0 | 9150 | 27,8 |
| | Centro | 53 | 372 | 428 | 353 | 268 | 1305 | 1727 | 1396 | 1245 | 1110 | 523 | 184 | 23 | 7 | 0 | 1 | 0 | 0 | 8995 | 27,4 | |
| | Lisboa | 13 | 221 | 311 | 287 | 237 | 750 | 936 | 783 | 656 | 559 | 287 | 98 | 10 | 3 | 1 | 0 | 0 | 1 | 5153 | 15,7 | |
| | Norte | 28 | 196 | 219 | 157 | 169 | 857 | 1016 | 791 | 719 | 673 | 381 | 105 | 12 | 3 | 4 | 0 | 0 | 0 | 5330 | 16,2 | |
| | Região Aut. | 8 | 31 | 34 | 28 | 42 | 178 | 196 | 179 | 135 | 126 | 59 | 17 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1036 | 3,2 | |
| | Região Aut. | 0 | 9 | 15 | 11 | 8 | 54 | 55 | 47 | 64 | 55 | 25 | 4 | 4 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 353 | 1,1 | |
| | Total | 197 | 1348 | 1610 | 1386 | 1180 | 4783 | 5980 | 5073 | 4435 | 4045 | 2033 | 675 | 92 | 24 | 7 | 2 | 2 | 1 | 1 | 32872 | 100 |
| | (%) | 0,6 | 4,1 | 4,9 | 4,2 | 3,6 | 14,6 | 18,2 | 15,4 | 13,5 | 12,3 | 6,2 | 2,1 | 0,3 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0 | | |
| Cabo Verde | Alentejo | 1 | 0 | 4 | 6 | 3 | 5 | 3 | 4 | 2 | 3 | 2 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 36 | 1,3 |
| | Algarve | 7 | 25 | 38 | 21 | 16 | 40 | 49 | 32 | 37 | 14 | 8 | 2 | 1 | 2 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 297 | 10,7 |
| | Centro | 3 | 8 | 9 | 13 | 14 | 28 | 16 | 21 | 14 | 9 | 2 | 2 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 142 | 5,1 |
| | Lisboa | 6 | 115 | 224 | 268 | 90 | 206 | 252 | 259 | 187 | 111 | 45 | 18 | 9 | 17 | 10 | 7 | 7 | 2 | 1833 | 66,2 | |
| | Norte | 1 | 7 | 11 | 54 | 126 | 38 | 22 | 18 | 12 | 3 | 3 | 4 | 0 | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 305 | 11,0 |
| | Região Aut. | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 11 | 0,4 | |
| | Região Aut. | 2 | 3 | 10 | 7 | 9 | 22 | 23 | 23 | 30 | 11 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 145 | 5,2 | |
| | Total | 20 | 159 | 296 | 369 | 258 | 342 | 366 | 359 | 284 | 152 | 65 | 26 | 12 | 22 | 18 | 11 | 7 | 3 | 2769 | 100,0 | |
| | (%) | 0,7 | 5,74 | 10,69 | 13,33 | 9,317 | 12,351 | 13,218 | 12,965 | 10,256 | 5,4893 | 2,347 | 0,939 | 0,433 | 0,795 | 0,65 | 0,397 | 0,253 | 0,108 | 0 | | |
| Brasil | Alentejo | 6 | 43 | 46 | 40 | 63 | 161 | 151 | 134 | 78 | 51 | 18 | 10 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 803 | 7,3 |
| | Algarve | 17 | 96 | 96 | 99 | 125 | 320 | 298 | 229 | 179 | 105 | 68 | 28 | 4 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1668 | 15,2 |
| | Centro | 21 | 100 | 132 | 112 | 167 | 435 | 359 | 269 | 209 | 114 | 50 | 17 | 5 | 1 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1996 | 18,1 |
| | Lisboa | 18 | 145 | 163 | 208 | 297 | 805 | 742 | 556 | 382 | 233 | 99 | 45 | 8 | 4 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3710 | 33,7 |
| | Norte | 26 | 69 | 103 | 110 | 229 | 529 | 452 | 302 | 194 | 135 | 52 | 13 | 8 | 5 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2231 | 20,3 |
| | R. A. Madei. | 5 | 14 | 27 | 9 | 26 | 58 | 58 | 44 | 27 | 22 | 7 | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 303 | 2,8 |
| | R. A. Açore | 1 | 17 | 19 | 15 | 26 | 51 | 49 | 37 | 40 | 19 | 16 | 4 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 296 | 2,7 |
| | Total | 94 | 484 | 586 | 593 | 933 | 2359 | 2109 | 1571 | 1109 | 679 | 310 | 119 | 31 | 14 | 10 | 2 | 2 | 2 | 2 | 11007 | 100,0 |
| | (%) | 0,9 | 4,4 | 5,3 | 5,4 | 8,5 | 21,4 | 19,2 | 14,3 | 10,1 | 6,2 | 2,8 | 1,1 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0 | | |